



Lua Nova

ISSN: 0102-6445

luanova@cedec.org.br

Centro de Estudos de Cultura Contemporânea  
Brasil

Lindgren Alves, José Augusto  
O papa, o Islã e o politicamente correto  
Lua Nova, núm. 70, 2007, pp. 13-38  
Centro de Estudos de Cultura Contemporânea  
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67307003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## O PAPA, O ISLÃ E O POLITICAMENTE CORRETO

José Augusto Lindgren Alves

*“Nada que ocorre no mundo nos é estranho.” –*  
Celso Amorim.

Desde quando, na segunda viagem à Alemanha, em setembro de 2006, na Universidade de Regensburg, o Papa Bento XVI fez a citação, agora célebre, de obscuro imperador bizantino do Século XIV sobre o legado de Maomé como uma tradição de violência e imposição da fé pela força, tive a certeza de que ela não fora fortuita. Tampouco constituía uma “gafe”, como jornalistas e acadêmicos do Ocidente diziam, ao comentarem a reação furiosa dos muçulmanos. Mantive, por isso, a convicção de que o Pontífice não se retrataria, por mais que o exigissem aqueles que se consideravam ofendidos.

Não porque eu fosse admirador das posturas conservadoras do ex-Cardenal Ratzinger, muito menos seguidor da doutrina, anacrônica até para muitos católicos, da infalibilidade papal, inventada também no Século XIV<sup>1</sup>. Nem porque eu tivesse simpatias por atos gratuitos que agridem crenças

---

<sup>1</sup> Informo-me sobre as posturas de Josef Ratzinger e sobre essa doutrina medieval (restabelecida em 1870, pelo Concílio Vaticano Primeiro) em Hans Küng 2001. É de notar que a doutrina original falava em “infalibilidade e *irreformabilidade* das decisões papais”. A simetria com o instituto muçulmano da *fatwa*, divulgada pelo Ayatolá Khomeini quando emitiu ordem de morte, dada como irrevogável, contra o escritor Salman Rushdie em decorrência do livro *Versos satânicos*, considerado blasfemo, parece-me evidente.

e descrenças de quem quer que seja. Exatamente porque pertenço a uma geração que se quis libertar de todas as amarras, não sou religioso convicto, agnóstico conseqüente ou ateu empedernido sem dúvidas, ao mesmo tempo em que procuro atuar com a consistência possível contra as discriminações raciais e assemelhadas dentro do órgão de tratado internacional competente, o Cerd<sup>2</sup>, acredito que possa abordar esse assunto, de grande importância secular, sem *parti pris* e com ótica diferente da de imprensa.

Não acho que Bento XVI, por ser egresso da chefia da Congregação para a Doutrina da Fé nos tempos de João Paulo II e com motivação dogmática excludente, estivesse a fim de insuflar de maneira leviana as iras de islamitas inflamados. Eles já dispõem de razões suficientes de outra ordem. Tampouco suponho que fosse intenção desse intelectual alemão muito erudito, ex-professor universitário de teologia, simplesmente demonstrar *urbi et orbe* a profundidade de seus conhecimentos histórico-filosóficos. A citação escolhida era de fato provocadora, visando a produzir reflexão e mudança de atitudes em várias áreas. Dispunha de lógica certa, ousou dizer necessária, no contexto em que foi lembrada e na conjuntura em que vive o mundo, em particular, a velha Europa.

A quem possa surpreender interpretação positiva para um ato, que a muitos soou tão ofensivo, de um pontífice mais “de direita” do que parecia o antecessor, começo por recordar que, na história moderna, sobretudo da América Latina, as posições mais emancipatórias, às vezes, se encontravam na Igreja, e não apenas entre os teóricos da Teologia da Libertação. Diferentemente dos sacerdotes que, ante a miséria do povo que atendiam, buscavam conciliar os ensinamentos de Marx com os de Jesus, Dom Helder Câmara

---

<sup>2</sup> Iniciais do *Committee on the Elimination of Racial Discrimination*, órgão que acompanha a implementação da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

não era “marxista” e Dom Evaristo Arns não era “de esquerda” quando batalharam, cada qual à sua maneira, pelo respeito aos direitos humanos no Brasil do regime militar. Não acredito que seja necessário recorrer aos ensinamentos “subversivos” de Jesus e à lembrança das práticas igualitárias das comunidades cristãs primitivas, ortodoxas ou heréticas, como as dos bogomilos e cátaros, e à repressão dos romanos do Império e depois dos católicos papistas, para entender que o cristianismo, quando não confundido ou mancomunado com o poder temporal autoritário, carrega em si e exerce uma força “revolucionária” que outros credos não têm. Não é à toa que expoentes da esquerda atual esclarecida, como Alain Badiou, Giorgio Agamben e Slavoj Žižek, vêm consultando a hagiografia e as epístolas do apóstolo póstumo São Paulo como inspiração para uma nova militância “de vanguarda”, corajosa, universalista e conseqüente, nestes tempos “pós-seculares”, culturalmente regressivos.

Para que se compreenda o que aqui quero dizer, convém que não se descarte a seqüência em que se insere o polêmico discurso do Papa em Regensburgo.

15

### **Bento XVI em Auschwitz**

Porque não causou manifestações de protesto, ataques a pessoas e edifícios ou críticas e comentários na imprensa, passou quase despercebida uma outra alocução importante de Bento XVI, poucos meses antes, incomum e muito mais intrinsecamente chocante do que a aula na universidade da Baviera. Em sua primeira viagem pontifical à Alemanha e à Polônia, quando visitou o campo de extermínio nazista de Auschwitz-Birkenau, em maio de 2006, o Santo Padre chegou a indagar de Deus, em questionamento repreensivo, como havia Ele permitido o Holocausto.

Logo após assinalar o quanto era difícil “para um Papa que provém da Alemanha” discursar naquele sítio sinistro, Bento XVI disse, textual e emotivamente:

“[...] Num lugar como este as palavras faltam; no fundo só se pode guardar um silêncio de estupor, um silêncio que é um grito interior dirigido a Deus: Senhor, por que silenciaste? Por que toleraste tudo isso? [...]”.

Mais adiante disse ainda:

“Quantas perguntas se impõem a nós neste lugar! Sobressai sempre de novo a indagação: Onde estava Deus naqueles dias? Por que Ele silenciou? Como pôde tolerar esse excesso de destruição, este triunfo do mal? [...]”.

16 Soando dessa forma, como se duvidasse da sapiência e da ubiqüidade divinas, era como se o Vigário de Deus na Terra repetisse, a propósito dos sofrimentos insuportáveis de outros martirizados, recentes e simplesmente humanos, a pergunta-desabafo de Jesus Cristo na cruz, a respeito da qual o criador do padre-detetive *Father Brown* e profundo pensador católico G. K. Chesterton entendia que o próprio Deus parecera ateu por um instante: “Pai, por que me abandonaste?”<sup>3</sup>

Na mesma ocasião, em Auchswitz, ao referir-se às diversas lápides escritas nas línguas de todas as pessoas e etnias ali sacrificadas por seus compatriotas nazistas, o Santo Padre, diante da lápide em hebraico, afirmou conclusivamente:

“Os poderosos do Terceiro Reich queriam esmagar o povo judeu em sua totalidade; eliminá-lo do elenco dos povos da terra. [...] Com a destruição de Israel<sup>4</sup>, com a Shoah, queriam, no fim de contas, arrancar também a raiz sobre a qual se baseia a fé cristã, substituindo-a em definitivo pela fé em si mesmos, a fé no domínio do homem, do forte”.

---

<sup>3</sup> No livro *Orthodoxy* (San Francisco: Ignatius Press, 1995. p. 145), *apud* Slavoj Zizek (2003: 14-15).

<sup>4</sup> Evidentemente o povo judeu, não o Estado de Israel.

Ou seja, sobre os judeus em geral, até o pontificado de João XXIII considerados traidores do “messias”, Bento XVI completou o que o Concílio Vaticano II havia começado a fazer na década de 1960: diante da História e da doutrina da Igreja, ressaltou, para os ouvintes católicos e isrealitas de todo o mundo, que, independentemente da localização geográfica original do povo hebreu, *o lugar cultural dos judeus é o Ocidente que rejeita o arbítrio*. A asserção não surpreende a quem sempre aceitou o reverso da medalha: que a origem cultural do Ocidente, em seu sentido mais lato, incluindo, além da Europa, as Américas do Norte e do Sul, com todas as misturas, sincretismos e modificações históricas, é a tradição judaico-cristã. E que ela está na base igualmente do Iluminismo racionalista, dos direitos humanos e da Modernidade atualmente contestada. Mas a maneira como foi assinalada por esse supremo sacerdote católico, a respeito de quem se dizia não ter tido qualquer entusiasmo pelo *aggiornamento* da Igreja, foi notável.

Ainda nesse discurso, Bento XVI, sempre cuidadoso nas palavras, havendo-se referido às demais vítimas maciças do nazismo, manifestou solidariedade à outra etnia de origem geográfica não-ocidental sacrificada com intenções genocidas, por meio de observação atualíssima:

17

“Outra lápide que convida particularmente a refletir é a que está escrita na língua dos sinti e dos roma. Também aqui se pretendia fazer desaparecer um povo inteiro, que vive migrando entre outros povos. Ele estava inserido entre os elementos inúteis da história universal [...]”<sup>5</sup>.

Além de referir-se aos ciganos com as designações ora correntes, não porque “politicamente corretas” (elas não

---

<sup>5</sup> Estes trechos e todos os demais de discursos do Santo Padre foram extraídos – e, em alguns casos, traduzidos e remanejados por mim – da *homepage* do Vaticano. Disponível em: [www.vatican.va](http://www.vatican.va).

são auto-aplicadas por todos), mas porque assim se auto-denominam realmente essas comunidades na Europa Centro-Oriental, o Santo Padre convidava à ponderação sobre a situação concreta, paradoxal porque simultaneamente segregada pelos outros e voluntariamente não integrada, dessa coletividade de indivíduos ainda encarada, em diversos países, mais ou menos como os nazistas o faziam: como *lebensunwertes Leben*, ou vida indigna de ser vivida (a expressão alemã aqui não é opção minha; é usada de propósito, seguida de tradução, nas versões em outras línguas do discurso pontifical divulgadas pela Santa Sé).

Vencida essa etapa necessária, mas não propriamente difícil na fase contemporânea, de reconciliação com os judeus, chamando atenção também para os demais povos vitimados pela pior doutrina de superioridade racial que o Século XX abrigou – e o Século XXI parece voltar a namorar –, o desafio de Bento XVI era então, e continua a ser, mais complexo: estabelecer um real diálogo de tolerância intercultural com os seguidores do Islã.

Ao contrário do que se costuma dizer, o diálogo com o Islã não é mais difícil em função da longa história de antagonismos, cruzadas, crueldades e morticínios praticados de ambos os lados. Antagonismo, perseguições e massacres o Ocidente sempre praticou – unilateralmente – contra os judeus. E, do ponto de vista religioso, tampouco se pode dizer que os judeus sejam mais próximos dos cristãos. Os muçulmanos reconhecem e veneram Jesus como profeta e encaram o Corão como continuação (final) do Velho e do Novo Testamento. O parentesco da fé maometana com o cristianismo é, portanto, até mais vinculante do que o judaísmo, porque duplamente assumido.

O diálogo cristão com o Islã é tarefa atualmente complexa porque as potências do Ocidente sempre se colocam do lado do Estado de Israel nos conflitos do Oriente Médio. E porque agora vivemos um momento em que

islamismo é, para o ocidental comum do hemisfério Norte, amedrontado e mal-esclarecido, sinônimo de fundamentalismo intratável, quando não de “terrorismo”, latente ou já manifesto. Assim sendo, em função dos dois motivos indicados, ao medo e ao preconceito de uns correspondem a regressão tradicionalista autodefensiva e a hipersensibilidade dos outros.

A tarefa é difícil também por motivos gerados no seio do próprio Ocidente, com motivações que não se relacionam diretamente com o Islã. É que a cultura ocidental da racionalidade secular, necessariamente pluralista e tolerante, apresenta-se hoje tão autocrítica que parece rejeitar a si própria. Uma vez que a economia da Europa e da América do Norte não dispõe, mas não prescinde, de mão-de-obra barata, a ideologia do multiculturalismo diferencialista propõe que as sociedades acolham, sem assimilar, os imigrantes do Terceiro Mundo com seus hábitos – alguns dos quais ilegais nos países de recepção e, para os ocidentais, desumanos – como se fossem intocáveis. Partindo da noção *sui generis* e ocidentalíssima de que todas as culturas têm mérito igual, rotula como “intolerantes”, “de direita” e “politicamente incorretos” todos aqueles que defendem a aplicação dos valores do Ocidente a essas comunidades imigradas, assim como às sociedades de origem, para não dar azo a acusações de “imposição imperialista”. Esquece-se de que tal postura pode dar a entender também que os “diferentes” em seu meio são inferiores, razão pela qual não podem cultivar uma ética de valores “elevados”.

19

### **A Conferência de Regensburg**

Por necessidade de vender a notícia, a imprensa e grande parte dos artigos analíticos divulgaram a alocução de Bento XVI em Regensburg<sup>6</sup>, no dia 12 de setembro de 2006, com

---

<sup>6</sup> No Brasil, mais referida como *Ratisbona*, denominação não-germânica, de origem celta.



ênfase ou exclusividade naquilo que seria mais polêmico: a citação de Manuel II, Paleólogo. Fizeram-no, evidentemente, sem qualquer tentativa real de inserir a citação em seu contexto: uma conferência filosófica proferida para “homens de ciência” crentes e ateus, docentes de grande universidade da Alemanha. Além disso, não mencionavam, talvez porque não entendessem, o verdadeiro teor dessa palestra difícil: a tentativa de conciliação teológica entre a fé religiosa do cristianismo e a razão clássica grega, que depois se desenvolveram na razão moderna do iluminismo, como base essencial da cultura do Ocidente<sup>7</sup>. Somente tendo como premissa essa razão estendida, no entender do Santo Padre, seria possível estabelecer “o genuíno diálogo de culturas e religiões hoje tão urgentemente necessário”<sup>8</sup>. Antes de dirigir-se aos seguidores de outra fé, os destinatários imediatos da mensagem da conferência eram, portanto, os ateus e agnósticos do Ocidente, para quem “apenas a razão positivista e as formas de filosofia que nela se baseiam são universalmente válidas”.

O primeiro e principal objetivo do Papa era identificar o cristianismo com o Ocidente, ou mais especificamente com a Europa, e vice-versa. Num segundo plano, não negligenciável, mas secundário, isso seria importante também para o diálogo intercultural e inter-religioso, pois “as culturas profundamente religiosas do planeta vêm a exclusão do divino da universalidade da razão como um ataque contra suas mais profundas convicções”. E, sempre segundo Bento XVI: “[U]ma razão que seja surda ao que é divino e que relegue a religião ao reino das subculturas é incapaz de entrar realmente no diálogo de culturas”.

<sup>7</sup> É curioso notar como esse entendimento do Santo Padre quase se identifica com o do filósofo ateu Alain Badiou (1999), retomado pelo igualmente ateu Žižek em livros recentes.

<sup>8</sup> Esta expressão e demais citações da conferência são extraídas e traduzidas por mim da versão em inglês, também encontrada na *homepage* do Vaticano. Disponível em: [www.vatican.va](http://www.vatican.va).

Não me cabe, aqui, elaborar nem questionar os argumentos do Papa. É válido, porém, indagar por que ele escolheu, como ilustração para a irracionalidade não-cristã, para a inaceitabilidade da relação entre religião e violência, a frase de Manuel II, Paleólogo, em 1391, dita a douto interlocutor persa:

“Simplesmente me mostre o que Maomé trouxe de novo, e lá você encontrará somente coisas más e desumanas, como seu comando de espalhar pela espada a fé por ele pregada”.

A reação imediata de crítica por parte de líderes islâmicos não causa estranheza. Os atos de violência popular que se seguiram em diversos países tampouco. Menos duradouros do que aqueles ocorridos em protesto contra as caricaturas de Maomé na Dinamarca, publicadas em 2005, com repercussão acirrada em fevereiro/março de 2006, eles envolveram passeatas, profanações e incêndios de igrejas, agressões a católicos e, possivelmente, o assassinato de uma freira na Somália (não se provou que o crime tenha sido praticado com essa motivação). Com a sensibilidade à flor da pele, os islamitas em geral, integristas ou “seculares”, fundamentalistas ou “iluministas”<sup>9</sup>, fanáticos da *djihad* e praticantes moderados, diante do fundamentalismo belicoso posto em prática por países do Ocidente rico no contexto da “guerra contra o terrorismo”, todos os muçulmanos reagem a qualquer gesto que possa ser ofensivo a sua fé e tradições. É como se, não podendo resolver concretamente o que é real, seja na esfera política, seja no campo econômico, os islamitas do Oriente e do Ocidente, sobretudo os instalados na Europa, não tivessem alternativa à defesa aguerrida do simbólico.

De qualquer forma, o que torna a citação e as comparações do Santo Padre ainda mais significantes é o fato de ele

---

<sup>9</sup> V. artigo de Nicholas Kristof, que comentarei mais adiante.

não ter pedido as desculpas desejadas. Conforme notado por muçulmanos e cristãos, poucos dias depois da conferência, Bento XVI lamentou a *reação* que suas palavras provocaram, não o fato de haver aludido à chamada “guerra santa” do Corão. Depois voltou ao assunto, declarando-se *surpreso e entristecido* com o fato de trechos de sua conferência terem soado ofensivos, afirmando que suas citações haviam sido mal interpretadas. Expressão de arrependimento, porém, ele não chegou a verbalizar.

Por que Bento XVI pinçou, entre fontes tão abundantes na História, exatamente palavras de um soberano bizantino durante o cerco de Constantinopla pelos otomanos? Seria como metáfora de uma cristandade atualmente cercada e em perigo? Seria para evocar o terrorismo atual, em sua vertente islamita? Ou seria, como ele diz, em nota de rodapé colocada *a posteriori* na *homepage* da Santa Sé para negar a interpretação de que ele próprio via o Islã como credo violento: “Ao citar o texto do Imperador Manuel II, desejei ressaltar apenas a relação essencial entre fé e razão. Neste ponto estou de acordo com Manuel II, mas sem endossar sua polêmica”? Deixo eu as respostas para quem quiser explicitá-las. Um ponto, porém, é evidente: o Papa contrastou o irracionalismo do Islã com a racionalidade teológica que via e descrevia como intrínseca ao cristianismo. E depois *assumiu esse contraste*.

O “esclarecimento final” do Pontífice para isso tudo iria ocorrer indiretamente, no encontro que manteve, em 25 de setembro, com embaixadores e líderes muçulmanos na Itália. Reconhecidamente provocado pela reação a sua fala, o encontro explicitou as bases daquilo que Bento XVI considera essencial ao diálogo inter-religioso, que João XXIII iniciara e João Paulo II prosseguira, mas no qual, segundo consta, o ex-cardeal Ratzinger nunca acreditara (e agora se entende por quê). Disse ele, então, textualmente:

“As circunstâncias que motivaram nosso encontro são bem conhecidas. Já delas falei na semana passada. Nesta ocasião particular o que desejo é voltar a exprimir toda a estima e profundo respeito que tenho pelos crentes muçulmanos. [...] Num mundo caracterizado pelo relativismo e que com frequência, exclui a transcendência da universalidade da razão, necessitamos com urgência de um diálogo autêntico entre as religiões e as culturas [...]”.

Como que respondendo às alegadas reservas do teólogo Josef Ratzinger ao Concílio Vaticano II<sup>10</sup> e ao diálogo desde então propugnado, fez ele questão de mencionar diversas vezes esse Concílio da década de 1960, citando trechos de suas decisões, entre as quais a declaração que diz:

“[...] conquanto no transcurso dos séculos hajam surgido não poucas dissensões e inimizades entre cristãos e muçulmanos, o sagrado Concílio exorta a todos que, esquecendo o passado, pratiquem sinceramente a compreensão mútua, defendam e promovam juntos a justiça social, a paz e a liberdade para todos os homens”.

23

Para tocar numa questão que ele próprio sempre considerara essencial, e para mostrar que esse entendimento não lhe era exclusivo, Bento XVI recordou João Paulo II, quando de visita ao Marrocos, citando observação de seu popular antecessor de que “o respeito e o diálogo requerem reciprocidade em todos os terrenos, sobretudo no que concerne às liberdades fundamentais e, em particular, à liberdade religiosa”. E, com um sentido de atualidade não explicitado, em aparente condenação do extremismo – terrorista ou não – que poderia ser lida nas entrelinhas, afirmou aos representantes diplomáticos e líderes islâmicos presentes:

---

<sup>10</sup> V. *inter alia*, Hans Küng (2001: 192).

“Enquanto aumentam as ameaças contra o homem e contra a paz, os cristãos e muçulmanos, reconhecendo o caráter central da pessoa e trabalhando com perseverança para que se respeite sempre a vida humana, manifestam sua obediência ao Criador, o qual deseja que todos vivam com a dignidade que lhes foi outorgada”.

24 Não creio necessário analisar detidamente essa alocução de rejeição à violência, apoio aos direitos humanos, à liberdade em geral e em particular de religião (a *sharia* islâmica ainda prevê pena de morte para a apostasia, enquanto o cristianismo, privatizado como fé de foro íntimo, já não tem pena secular para infrações religiosas), e exigência de reciprocidade para que qualquer diálogo frutifique. Em outras palavras, Bento XVI assumiu tudo o que havia dito, declarou seu respeito ao Islã<sup>11</sup>, mas cobrou tratamento recíproco, no caso em favor dos “cristãos”, seja no mundo muçulmano (alguns países islâmicos não aceitam a liberdade de culto nem, muito menos, o multiculturalismo do Ocidente), seja na Europa. Nesta, como nos Estados Unidos e no Canadá, descontados os preconceitos e xenofobia notórios, muitos dos militantes antiglobalização e defensores dos direitos humanos, em nome do multiculturalismo supostamente “de esquerda”, não denunciam práticas atentórias a esses mesmos direitos quando decorrentes de tradições não-ocidentais.

Em Regensburgo e na sequência de declarações sobre a matéria, o Papa, mais consistente do que “a esquerda” relativista (se é que isso realmente existe como “esquerda”) atualmente em moda, para aceitar entrar em diálogo inter-

---

<sup>11</sup> Que iria demonstrar pouco depois, ao rezar com gestos muçulmanos, e não com as mãos unidas dos católicos, na ex-igreja de Santa Sofia, hoje mesquita, em Istambul.

cultural conseqüente, aboliu com seu exemplo as distorções do discurso “politicamente correto”.

### **As posições do Papa nos debates em curso**

É verdade que as palavras do Papa em Regensburg mais de um mês depois de pronunciadas ainda reverberavam em sentido negativo. Mas os atos de violência concentravam-se nas mãos dos extremistas de sempre. Estes, islâmicos ou cristãos, israelitas, hinduístas, sikhs, xintoístas e pagãos, sem excluir os ateístas ideológicos variados, quando se supõem iluminados pela luz de uma fé deformada, nunca precisarão de pretextos especiais para a brutalidade. Para os não extremistas, porém, as palavras do Papa hão de ter valido como causa de reflexão<sup>12</sup>. É, todavia, para o Ocidente, integrante ou não de seu rebanho, que a posição de Bento XVI sobre o diálogo de culturas pode ter conseqüências.

Foi depois da conferência de Regensburg que o ex-Chanceler britânico Jack Straw, pela primeira vez assumiu de público sua opinião de que o véu ou *niqab* das muçulmanas, na Grã-Bretanha, geralmente encobridor de todo o rosto exceto os olhos, constituía uma “declaração tão visível de separação e diferença” que poderia ameaçar a “harmonia social”. Não se pode, evidentemente, estabelecer relação de causa e efeito entre as respectivas declarações. Mas a própria notícia mais circulante da posição assumida por Jack Straw as vinculava, assinalando que, “sem a proeminência das observações recentes do Papa sobre o Islã”, os comentários do líder

25

---

<sup>12</sup> Dentre as centenas de declarações de muçulmanos satisfeitos ou ainda frustrados com o Pontífice divulgadas nas semanas seguintes ao discurso de Regensburg, recollo, porque expressiva, a de Hasym Muzadi, líder da maior organização islâmica da Indonésia (com 30 milhões de membros), ainda antes do encontro com os embaixadores: “O Papa se desculpou e isso é suficiente; portanto, acalmemo-nos. Se continuarmos furiosos, ele será considerado correto” (2006: 1 e 7). Os integristas Irmãos Muçulmanos do Egito, por seu lado, após essa reunião de 25 de setembro, afirmavam nas palavras de Mohammed Habib (2006): “Isso é mais uma tentativa de evitar as desculpas. Quando exigimos um pedido de desculpas, pedimos algo claro e honesto”.

do governo britânico na Câmara dos Comuns haviam “acendido um debate feroz sobre questões de identidade religiosa e de correção política”. Recordava também, nesse contexto, que o Ministro do Interior (*Home Secretary*), John Reid, havia instado os 1,6 milhões de muçulmanos do país a atentarem para a eventual emergência de “sinais de radicalismo” em seus filhos – uma proposta “politicamente incorreta”, mas justificada por precedentes conhecidos. Lembrava ainda que, na mesma semana, o líder conservador, David Cameron, havia lamentado a existência no Reino Unido de “comunidades onde as pessoas de origens étnicas diferentes nunca se encontram, nunca se falam, nunca se visitam em suas casas”<sup>13</sup>. Assim, o país europeu com tradição mais antiga de políticas “multiculturalistas” antiintegracionistas, na metrópole e nas ex-colônias<sup>14</sup>, que tanto criticara a França pela lei que proíbe em escolas públicas o *foulard* magrebino ou *hijab* das meninas – o qual não esconde o rosto; apenas cobre os cabelos e o pescoço –, passou a questionar de várias formas a possibilidade de integração efetiva das minorias religiosas ostensivamente “diferentes” em sua sociedade.

Tão disseminado vem-se tornando o debate (não limitado ao véu em si) que o Primeiro Ministro Tony Blair também teve de pronunciar-se. E o fez na mesma linha de Jack Straw, qualificando o *niqab* de uma “marca de separação” desconfortável para indivíduos de fora da comunidade islâmica. Para diferenciar-se da França, Tony Blair explicitou que não

<sup>13</sup> Alan Cowell (2006).

<sup>14</sup> Consta que já tenham decorrido 40 anos desde que Roy Jenkins, quando Ministro do Interior, estabeleceu que a imigração não precisaria seguir-se de um “processo achatador de assimilação” (*flattening process of assimilation*), devendo, ao contrário, exigir “oportunidades iguais acompanhadas de diversidade cultural” (Alan Cowell, 2006). Mas todos sabem que séculos antes da explicitação dessa fórmula, desde que se tornaram potência colonial, os ingleses sempre preferiram manter cada comunidade no seu canto, sem a mistura e mestiçagem dos portugueses e espanhóis, ou o intercâmbio cultural muito próximo dos franceses.

se trata de negar a quem quer que seja o direito de portar o véu. Mas afirmou ser essencial confrontar essa questão no contexto da integração na sociedade. Em suas palavras: “As pessoas querem estar certas de que a comunidade muçulmana em particular, e, na verdade, todas as minorias em geral, precisam manter o equilíbrio adequado entre a integração e o multiculturalismo”<sup>15</sup>. Bem mais claro foi Romano Prodi, Primeiro Ministro da Itália – país que testemunhou, em agosto de 2006, o assassinato de jovem paquistanesa pelo pai e pelo tio, porque se comportava e vestia à ocidental – ao afirmar que o tema do véu não passa de uma questão de bom senso: “Não se trata de como a pessoa se veste, mas sim de ela apresentar-se ou não escondida”<sup>16</sup>.

O porte do véu islâmico nunca deve ter constado das elucubrações de Bento XVI. Certamente não constou em Regensburg. Mas, tanto pelo simbolismo como por afetar concretamente as muçulmanas, ele é parte relevante das discussões que se acentuam. Para alguns, os debates se devem, sobretudo, ao medo de terrorismo praticado por imigrantes islamitas. Para outros – e este tem sido o meu caso no Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial, no âmbito da ONU<sup>17</sup> – essas questões todas precisam ser abordadas precisamente em favor dos imigrantes, contra sua discriminação nas sociedades de acolhida. É significativo que os Países Baixos, que já assistiram ao assassinato de um político homossexual “de direita” e ao de um cineasta “de esquerda” que criticavam o Islã, com o conseqüente aumento de rejeição aos muçulmanos, tenham adotado um

27

---

<sup>15</sup> Alan Cowell (2006).

<sup>16</sup> *Ibidem*.

<sup>17</sup> Para quem possa ter curiosidade, posso indicar, entre os muitos textos que venho escrevendo há anos sobre isso, “Diferencialismo e igualitarismo na luta contra a discriminação racial”, *Revista USP* 69, e minha pequena monografia *O Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial em funcionamento – 2002-2005*.



manual sobre os valores tolerantes da sociedade neerlandesa para os candidatos à imigração. No formato de DVD, o manual mostra *inter alia*, rapidamente, mulheres com seios de fora e dois homens se beijando. É, por sinal, um neerlandês membro do Parlamento Europeu pelo Partido Verde de Esquerda, Joop Lagendijk, quem melhor aponta o cerne de toda a questão:

“Muita gente progressista – não me refiro a nacionalistas ou à extrema direita – está dizendo que essa religião vem desafiar as convicções que adotamos desde os anos 60 e 70. Tememos, portanto, ser transportados de volta numa máquina do tempo, e precisamos explicar aos imigrantes que a igualdade entre homens e mulheres existe, assim como os *gays* precisam ser tratados corretamente”<sup>18</sup>.

28 Logo depois do Onze de Setembro, nos Estados Unidos, Noam Chomsky alertava para a necessidade de não se confundir o antiocidentalismo do milionário carola Bin Laden com o antiimperialismo de esquerda<sup>19</sup>. Pela ótica, sobretudo, dos direitos da mulher, a jornalista francesa Caroline Fourest, em livro de título expressivo, *La tentation obscurantiste*, adverte para o mesmo absurdo de se confundirem posições libertárias de esquerda com a postura antiglobalização cultural adotada pelos muçulmanos integristas. Veementemente contrária ao “multiculturalismo diferencialista”, que impõe o apoio da esquerda ocidental a todas as causas

---

<sup>18</sup> Dan Bilefsky e Ian Fischer (2006).

<sup>19</sup> Noam Chomsky (2001: 31-32). Eu próprio tenho chamado atenção para essa incongruência, alertando, pelo choque que me causaram as camisetas com a efígie de Bin Laden, como se fosse um Che Guevara, portadas por participantes do Fórum Social Mundial de Porto Alegre: “Quem carrega a figura de Bin Laden como insígnia de protesto contra o neoliberalismo dominante não está ostentando postura contrária aos Estados Unidos ou ao Ocidente imperialista. Está ingenuamente indo contra suas próprias aspirações” (Lindgren Alves, 2005: 181).

islâmicas, Fourest qualifica os seguidores dessa ideologia da moda como “idiotas úteis do relativismo cultural”<sup>20</sup>. E cita, entre outros, o caso de uma “feminista e antimundialista” no Fórum Social de Londres, em 2004, a qual, em *workshop* intitulado “Hijab: o direito da mulher de escolher”, afirmara, sob aplauso dos presentes, que “sustentar a causa das mulheres com véu contribui para a luta contra o capitalismo liberal”. Para essa equivocada militante, o véu seria um “instrumento de emancipação”, e a “laicidade” francesa, um “sistema unicamente racista”<sup>21</sup>. Em reação a isso, Fourest indaga:

“O que é, afinal, esse diferencialismo racista que impede certos progressistas de exercerem seu espírito crítico contra o integrismo muçulmano da mesma maneira que sabem tão bem fazer contra o integrismo cristão? É realmente possível sonhar com um mundo melhor aliando-se com totalitários?”<sup>22</sup>

Na medida em que a esquerda, por definição, inclusive na de Norberto Bobbio no ainda oportuno *Direita e esquerda*<sup>23</sup>, sempre foi igualitária e universalista, na linha do Iluminismo do Ocidente, mais “de esquerda” do que os “relativistas culturais” criticados por Fourest foi o Santo Padre em Auschwitz e Regensburg.

29

### **A identidade da Europa (e, por extensão, do Ocidente)**

Grande parte do livro *A tentação obscurantista* é dedicado a questionar e responder às posições do intelectual islamita Tariq Ramadan, extremamente atuante na Europa (vi-o na televisão defendendo para seus correligionários

---

<sup>20</sup> Caroline Fourest (2005: 105). O título do décimo capítulo é “Les ‘idiots utiles’ du relativisme culturel”.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 135.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 141.

<sup>23</sup> Norberto Bobbio (1995).

as tradições mais retrógradas e o estudo de um livro do século XII – que, entre outros ensinamentos, justificava a morte dos homossexuais e explicava como um marido deve bater corretamente na mulher), a quem a mesma autora já dedicara uma outra obra, ironicamente intitulada *Irmão Tarik* <sup>24</sup>. Pois é de Tarik Ramadan a crítica mais original à palestra de Bento XVI em Regensburg de que tenho conhecimento.

Sob o título “O Papa e o Islã – Uma luta pela identidade da Europa”, publicado no apogeu da controvérsia, o texto de Ramadan reivindica para os muçulmanos boa parte dos elementos que formam a identidade européia <sup>25</sup>. Por mais “elíptico, sem clareza, superficial e um tanto atrapalhado” que, em sua opinião, o discurso do Papa tenha sido, ele não constituiria um insulto para o qual se exigisse um pedido formal de desculpas. Ramadan refere-se à manipulação desse tipo de crise, artificialmente criada por “certos grupos e governos como válvula de escape”. Em suas palavras, aqui particularmente esclarecidas:

“Quando as pessoas são privadas de seus direitos básicos, é fácil permitir-lhes que expressem sua ira contra caricaturas dinamarquesas ou contra as palavras do Pontífice. [...] os protestos de massa a que temos assistido, caracterizados por um extravazamento incontrolável de emoção, terminam por fornecer comprovação vívida de que os muçulmanos não são capazes de participar de um debate razoável” <sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup> Caroline Fourest (2005).

<sup>25</sup> Li-a na versão inglesa “The Pope and Islam – A struggle over Europe’s identity”, na página de editoriais e opiniões variadas do *International Herald Tribune*, 21 set. 2006.

<sup>26</sup> *Idem*, *ibidem*.

Até como resumo da mensagem de Regensburgo, Ramadan é perspicaz:

“[...] Bento desenvolveu uma tese dual. Lembrou aos racionalistas secularistas, desejosos de livrar-se das referências do Iluminismo ao cristianismo, que tais referências são componentes integrantes da identidade européia. Será impossível para eles (europeus) entrar no diálogo inter-religioso, se não puderem aceitar o embasamento cristão de sua própria identidade, sejam eles crentes ou ateus. Além disso, o Papa tentou definir a identidade européia como cristã pela fé e grega pela razão filosófica. O Islã, que aparentemente não tivera tal relação com a razão, seria assim alheio à identidade européia construída sobre tal herança”<sup>27</sup>.

Mais adiante, ele refere-se à “memória seletiva que esquece as contribuições dos pensadores muçulmanos racionalistas como Al-Farabi (século X), Avicena (século XI), Averroes (século XII), Ash-Shatibi (século XIII) e Ibn Khaldun (século XIV), e que assim se engana a respeito de seu próprio passado”. Se quiserem reapropriar-se de sua herança, os muçulmanos devem demonstrar que compartilham dos valores essenciais em que a Europa e o Ocidente se fundamentam. Assim, o que a Europa de hoje precisaria acima de tudo não seria do diálogo com outras civilizações, mas do diálogo com ela própria. Precisaria aprender a reconciliar-se com a diversidade de suas origens para lograr controlar o pluralismo inevitável do futuro. Os muçulmanos não deveriam esperar que Bento XVI se desculpasse por seu reducionismo: deveriam provar que estava errado. E o arremate não poderia ser mais brilhante:

“Isso daria também aos muçulmanos um caminho para se reconciliarem com a criatividade imensa dos pensadores

---

<sup>27</sup> *Ibidem*.

muçulmanos da Europa, os quais, no passado, dez séculos atrás, haviam conscientemente aceito sua identidade européia [...]”<sup>28</sup>.

Não há como negar a inteligência desse texto de Tarik Ramadan. Mas não é difícil observar que o reducionismo apontado no discurso do Pontífice também se acha no raciocínio por ele desenvolvido. Se a Europa “esquece” a contribuição dos grandes pensadores muçulmanos na Península Ibérica e em paragens próximas (Ibn Khaldun não era europeu; era de Túnis), Ramadan também “esquece”, de forma reducionista, que a Europa, por outro lado, viveu, assumiu e exportou para as Américas, evoluções como a Reforma, o Renascimento e, sobretudo, o Iluminismo, nunca experimentados pelo Islã, estancado no pensamento medievo e ainda fragmentado em lutas religiosas fratricidas.

32

### Há saídas?

O jornalista norte-americano Nicholas D. Kristof, que quase sempre cobre assuntos importantes para os direitos humanos, afirma que a esperança se encontra dentro do próprio Islã, pois até nos Estados mais fundamentalistas há muçulmanos, sobretudo muçulmanas, que estariam atuando em defesa de uma Reforma Islâmica. Em apoio a seu ponto de vista, Kristof descreve iniciativas “modernizadoras” de mulheres islamitas que se opõem às críticas a sua fé, algumas até a seus véus. Esse seria o caso, por exemplo, de Rima Khoreibi, de Dubai, autora de livro infantil exitoso cuja estrela é uma super-heroína com véu e convicções religiosas profundas<sup>29</sup>. Menciona também as intérpretes do Corão para quem o livro sagrado, ditado por Alá a Maomé no século VII, somente permitia a

---

<sup>28</sup> *Ibidem*.

<sup>29</sup> Por mais que esse livro, *As aventuras de Imã*, tenha sido sucesso de vendas naquele emirado, não consigo encará-lo como um passo importante para as mulheres muçulmanas, muito menos para a “reforma do Islã”.

poligamia – limitada a quatro esposas – para proteger quem cuidasse dos órfãos naquela época de muitas guerras. Isso significaria para elas que, pela lógica, superada aquela fase de freqüentes batalhas tribais, a mesma prática estaria agora proibida<sup>30</sup>. Kristof cita ainda as árabes sauditas que defendem seu “direito de dirigir automóveis” com base no precedente de esposa de Maomé, que conduzia camelos<sup>31</sup>.

Com todo respeito pelas mulheres que ele cita, entendo que a melhor parte do texto de Kristof nada tem a ver com seu argumento principal:

“O Islã está crescendo pelas mesmas razões que o cristianismo evangélico se está expandindo. Eles fornecem um código moral firme, confiança espiritual e ordem para pessoas vexadas pelo caos e pela imoralidade à sua volta. Além disso, oferecem dignidade para os pobres”<sup>32</sup>.

Sem nenhuma intenção “moralista”, acho que, realmente, o nível de descrédito da moral no mundo contemporâneo é tamanho, não apenas pela comercialização da pornografia e da provocação sexual ilimitada, mas também pela corrupção de políticos, a ganância incontida de empresários e a rotina generalizada de atentados à ética, que o indivíduo não enquadrado em nada disso se amedronta, no Oriente e no Ocidente, e busca algum tipo de defesa. Creio, porém, que é particularmente no final que esse parágrafo toca na matéria mais vital. A desatenção com o social nesta fase tecnológica e desumana da globalização é tão desesperadora que só pode depor contra essa “modernidade” e esse “iluminismo”

33

---

<sup>30</sup> A interpretação é, no mínimo, curiosa, mas muito peculiar, não endossada pela maioria dos Estados e fácil de ser contestada, inclusive porque as lutas de facções não somente ainda abundam, como vêm sendo acirradas desde a invasão do Iraque.

<sup>31</sup> Nicholas D. Kristof (2006).

<sup>32</sup> *Idem, ibidem.*

em que o Ocidente atual se baseia e o capitalismo neoliberal se reflete. Mantida essa situação de exagero nos costumes e transgressão como norma, de culpabilização dos pobres por sua própria pobreza, acentuada enormemente com o fim da Guerra Fria pela extinção do “outro lado”, as pessoas agora só têm como alternativa o campo espiritual – ou então, como nós brasileiros sabemos amargamente, a opção pelo crime, pelas drogas, pela violência difusa.

Logo que o bloco comunista se desfez, e esperava-se uma convergência de todos em torno da democracia “de mercado”, havia muita esperança nos direitos humanos como instrumentos para a consecução de um capitalismo liberal humanizado de dimensão planetária. A esperança comprovou-se ilusória. Os direitos humanos foram corroídos aos poucos pelo mercado dessa democracia, pelas teorias econômicas que apenas visavam à eficiência imediata, pela evidência gradativamente comprovada de que a democracia de per si não resolve os problemas de estrutura. Foram corroídos, também, na superestrutura cultural, pela contestação radicalizada do universalismo e do iluminismo dentro do próprio Ocidente secular, pela assunção teórica da “pós-modernidade”, pelas imposições exageradas do “politicamente correto” e pela crença ideológica num “multiculturalismo” diferencialista, que determina não se dever sequer tentar integrar os diferentes.

O resultado prático, conforme previsível, tem sido, não a tão propalada “tolerância” com relação às minorias “diferentes”, mas a discriminação agravada dos imigrantes, o racismo exacerbado com atos de violência – que agora são revidados de maneiras variadas – e uma nova inferiorização conceitual do chamado Terceiro Mundo pelo Primeiro, ainda que involucrada num paternalismo duvidoso. Essa inferiorização preconceitual é, por sua vez, rebatida entre os não-ocidentais pelo reforço integrista das tradições respectivas, mas internalizada de maneira masoquista pelos países em desenvolvimento que também sejam ocidentais na geogra-

fia e nos valores. Detentores das mesmas mazelas “culturais” dos Estados afluentes, sociedades como a do Brasil e outras da América Latina, vêem-se como deformações do Ocidente desenvolvido e se retratam como “casos perdidos”.

Eu, cá por mim, sou convicto de que a integração é imprescindível para um multiculturalismo viável, que não dê mais munição à direita, à xenofobia, ao racismo crescentes. Integração, em princípio, não exige uma assimilação tão completa que leve a se esquecerem das origens. Mas para que a integração ocorra, é preciso que as culturas se adaptem, ao menos minimamente – como, aliás, sempre o fizeram, pois nenhuma cultura é monolítica. No caso do Islã, o véu nunca foi essencial. Se o fosse, a muçulmana Turquia, ao decidir ser moderna, não teria sido o primeiro país a proibi-lo por lei. A própria poligamia praticada por Maomé, no Século VII, se fosse tão importante para a sociedade islamita, não teria sido abolida na Tunísia, que nunca foi secular como a Turquia republicana. Não é necessário, nem próprio, que as sociedades do Ocidente legalizem para os imigrantes exceções que lhe são absurdas: a inferiorização da mulher, a poligamia muçulmana, a clitoridectomia africana, o sistema de castas hinduísta etc. Tampouco devem ou precisam cercear a liberdade de expressão não-racista para atender aos pruridos de uma única religião<sup>33</sup>. Essencial para os indivíduos de culturas e religiões diferentes é poder seguir tradições e praticar suas crenças no que nada tenham de nocivo para a sociedade de acolhida. Ao contrário do passado histórico, quando o Islã era o lado tolerante<sup>34</sup>, a Europa e o Oci-

35

<sup>33</sup> Refiro-me aqui, evidentemente, à celeuma causada pelas famosas caricaturas de Maomé, na Dinamarca. Considero salutar que o tribunal acionado pelos islâmicos em Copenhague tenha entendido que tais caricaturas, por mais que uma ou outra relacionassem o islamismo com o terrorismo atual, não constituíam propaganda antiislâmica. Se o fossem, a imprensa ocidental secular seria sobretudo anticristã, pois sempre abundou em críticas e caricaturas das figuras mais caras ao cristianismo.

<sup>34</sup> Foi no Império Otomano que se instalaram os judeus expulsos da Espanha, no mesmo ano em que completava a Reconquista e, com Cristóvão Colombo, descobria o Novo Mundo.



dente inteiro permitem a construção de mesquitas, pagodes, sinagogas e outros templos, enquanto o Oriente nem sempre oferece reciprocidade aos cristãos e muito menos a ateus e a religiões que não seguem os “livros sagrados”: a Torah, a Bíblia e o Corão. Quanto ao Brasil, se não importasse modismos, poderia concentrar-se em resolver seus problemas já gravíssimos, não em criar outros novos. Mestiçados e sincréticos, mais integrados cultural e racialmente do que os europeus, norteamericanos e canadenses, os brasileiros sempre fomos. Não deveríamos negligenciar esse ativo.

Talvez seja útil lembrar que a fase mais promissora do diálogo entre Oriente e Ocidente ocorreu quando os dois lados desejavam ser modernos e democráticos. Para isso, os “orientais” e a esquerda ocidental aliada não brandiam, como no presente retrógrado, promessas de céu sem sentido. Propunham experiências socializantes, usando o conceito secular de direitos econômicos e sociais entre os direitos humanos, iguais e universalistas, como instrumento para alcançar a independência, a autodeterminação, o desenvolvimento e o progresso das sociedades. Isso tudo foi soterrado pelo capitalismo sem controles, dado como sem alternativa e globalizado com auxílio da fragmentação “pós-moderna”, do multiculturalismo não integracionista e do discurso “politicamente correto”.

Se, de alguma maneira, as palestras e pregações do Papa, as discussões ora em curso numa Europa de população variada, os esforços libertários de mulheres muçulmanas sem véu e com véu, o evangelismo não fanático e o Islã não fundamentalista voltarem de alguma forma a dialogar a sério sobre os direitos humanos, não sobre direitos divinos, é possível que ainda se encontre, à distância, alguma saída<sup>35</sup>. É possível, até mesmo, que o Oriente religioso ajude a moderar a comercialização da moral do neocapitalismo selvagem.

<sup>35</sup> Em março de 2007, pela primeira vez, a Grã-Bretanha divulgou que as escolas do país têm liberdade e poder para proibir o véu islâmico entre as alunas, devendo os responsáveis pelos estabelecimentos zelar, sobretudo, pela segurança dos estudantes (depois de haver criticado fortemente a França pela famosa “lei do véu”).

A tarefa é particularmente difícil num momento em que o Ocidente se dispõe a vencer com guerras o terrorismo extraterritorial e impreciso, quase sempre germinado em suas próprias entranhas, utilizando linguagem de inspiração religiosa. Ainda mais quando o próprio Ocidente, sob efeito dessa “guerra”, nega o Estado de Direito pela prática deliberada de violações que condena: a detenção arbitrária, sem causa ou indício de culpa, o julgamento de suspeitos por tribunais de exceção, o envio de prisioneiros para serem interrogados fora com métodos duvidosos, o sancionamento de leis que legitimam a tortura. Nega, portanto, a si mesmo a razão que, como lembrou Bento XVI, devia ser sua essência<sup>36</sup>.

Falar de razão hoje em dia é ato subversivo. Por isso, os discursos do Papa que tocam nessa matéria, em Regensburgo e alhures, muito mais que ofensivos ao Islã, são provocativos e instigantes para todos. É que eles trazem de fato, para audiências diversas, propostas revolucionárias nestes tempos que vivemos.

37

### **José Augusto Lindgren Alves**

é diplomata, atualmente Embaixador em Budapeste (Hungria), membro, a título pessoal, do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (ONU-Genebra)

### **Referências bibliográficas**

AMORIM, Celso. 2006. “Entrevista”. *Gazeta Mercantil*, 19 out.

BADIOU, Alain. 1999. *Saint Paul – La fondation de l’universalisme*. Paris: Presses Universitaires de France.

BENTO XVI. 2006a. *Discurso durante a visita ao campo de concentração de Auschwitz. Birkenau*. Disponível: [www.vatican.va](http://www.vatican.va). Acesso em: 28 maio.

---

<sup>36</sup> Antes e depois de Regensburgo, o Papa Bento XVI fez diversos discursos “reacionários”, em defesa de dogmas e tradições que a razão secular condenaria. Mas é importante não esquecer que o Papa é Papa, não um católico comum, que se considere no direito de adaptar sua fé a opiniões e práticas heterodoxas. É ilusório imaginar que qualquer Pontífice contemporâneo venha a modificar sozinho, por decisão individual “infalível”, a doutrina da Igreja que chefia. Para fazer modificações nessa linha, João XXIII reuniu nada menos do que o segundo Concílio Vaticano.

- \_\_\_\_\_. 2006b. *Meeting with the representatives of science – Lecture of the Holy Father*. Universidade de Regensburg. Disponível em: [www.vatican.va](http://www.vatican.va). Acesso em: 12 set.
- \_\_\_\_\_. 2006c. *Discurso a los diplomáticos de los países de mayoría musulmana y a exponentes de las comunidades musulmanas en Italia*. Castelgandolfo. Disponível em: [www.vatican.va](http://www.vatican.va). Acesso em: 25 set.
- BILEFSKY, D.; FISCHER, I. 2006. "Doubts on Muslim integration rise in Europe". *International Herald Tribune*, 12 out.
- BOBBIO, Norberto. 1995. *Direita e esquerda – Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp.
- CHOMSKY, Noam. 2001. *9-11*. Nova York: Seven Stories Press.
- COWELL, Alan. 2006a. "Blair calls veil 'a mark of separation' – Debate spreading further in Europe on Muslim integration". *International Herald Tribune*, 18 out.
- \_\_\_\_\_. 2006b. "Islamic schools at the heart of British debate on integration". *International Herald Tribune*, 16 out.
- \_\_\_\_\_. 2006c. "Jack Straw ignites a debate over Muslim veil". *International Herald Tribune*, 7-8 out.
- FOUREST, Caroline. 2005. *La tentation obscurantiste*. Paris: Grasset.
- HABIB, Mohammed. "Muslim Brotherhood objects". *International Herald Tribune*, 26 set. 2006.
- KRISTOF, N. 2006. "Looking for Islam's Luthers". *International Herald Tribune*, 16 out.
- KÜNG, Hans. 2001. *The Catholic Church – A short history*. Trad. John Bowden. Nova York: Modern Library.
- LINDGREN ALVES, José Augusto. 2005a. *O Comitê Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial em Funcionamento (2002-2005)*. Rio de Janeiro: Cebri Dossiê, vol. 2, ano 4.
- \_\_\_\_\_. 2005b. *Os direitos humanos na pós-modernidade*. São Paulo: Perspectiva.
- \_\_\_\_\_. 2006. "Diferencialismo e igualitarismo na luta contra a discriminação racial". *Revista USP* 69, mar./maio.
- MUZADI, Hasym. "Muslims split on Pope's apology". *International Herald Tribune*, 19 set. 2006.
- RAMADAN, Tarik. 2006. "The Pope and Islam – A struggle over Europe's identity". *International Herald Tribune*, 21 set.
- ZIZEK, Slavoj. 2001. *On Belief*. Londres: Routledge.
- \_\_\_\_\_. 2003. *The puppet and the dwarf – The perverse core of Christianity*. Cambridge (Ma): Massachusetts Institute of Technology.